



MEDIDAS DE COMBATE À CRISE COVID-19 | IMPACTOS PARA A RADIODIFUSÃO

TEMA	MEDIDA	DATA	TEOR	APLICAÇÃO AO SETOR	STATUS
Rádiodifusão	Portaria 1024/2020	23/10/2020	Dispõe sobre a flexibilização e a dispensa do horário de retransmissão obrigatória do programa oficial de informações dos Poderes da República, denominado A Voz do Brasil, pelas emissoras de radiodifusão sonora.	A Portaria apresenta as regras gerais a serem adotadas pelo Ministério das Comunicações quanto à divulgação da lista com os casos aprovados de exibição ou dispensa de retransmissão do programa, bem como incumbe à Secretaria de Radiodifusão a análise dos casos adicionais não previstos na lista em questão.	Em vigor
Trabalhista	Decreto 10517/2020	14/10/2020	Prorroga a possibilidade de suspensão de contratos de trabalho e redução proporcional da jornada de trabalho e de salários no âmbito do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.	Prorroga, por mais 60 dias, o prazo máximo para a celebração de acordos de suspensão de contratos e redução proporcional de jornada e salários. A prorrogação completa o total de 240 dias limitados à duração do estado de calamidade pública, conforme previsto na Lei nº 14.020/20. Os acordos já celebrados até a data da publicação do Decreto serão computados para fins de contagem dos limites máximos do acréscimo de prazos. A medida entrou em vigor na data da sua publicação (14/10).	Em vigor
Crédito	Decreto 10504/2020	02/10/2020	Prorroga alíquota zero do IOF para operações de crédito.	Prorroga, até 31 de dezembro de 2020, a redução a zero da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para todas as operações de crédito. Com a prorrogação da "suspensão" do tributo, a tendência é de que seja mantida a redução de custo de linhas de crédito.	Em vigor
Rádiodifusão	Portaria 829/2020 - SEI-MCOM	16/09/2020	Dá publicidade à relação final das entidades elegíveis à utilização do canal de rede, com a indicação do canal e da unidade federativa.	O canal de rede contribui para o melhor uso do espectro de radiodifusão, de modo que, se uma concessionária de televisão possuir ao menos três estações que utilizem um mesmo canal em determinada unidade da federação, este passa a ser considerado Canal de Rede. Assim, tal concessionária poderá aumentar sua rede por meio desse canal.	Em vigor
Crédito	Portaria 20809/2020	15/09/2020	Inclui a radiodifusão entre os setores da economia mais impactados pela pandemia após a decretação da calamidade pública decorrente do Covid-19.	Ao ser contemplado na Portaria, o setor de radiodifusão fica apto a usufruir dos benefícios do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), criado pela Lei 14.042/2020.	Em vigor
Crédito	Lei 14043/2020 (MP 944/2020)	20/08/2020	Programa Emergencial de Suporte a Empregos.	Assegura linha de crédito para empresas e cooperativas com receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00, calculada com base no exercício de 2019.	Em vigor
Crédito	Lei 14042/2020 (MP 975/2020)	20/08/2020	Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.	Prevê, por parte da União, o aporte de até R\$ 20 bilhões no Fundo Garantidor de Investimentos destinado exclusivamente para a cobertura das operações contratadas no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito. O Programa é destinado a empresas que tenham sede ou estabelecimento no País e tenham auferido no ano-calendário de 2019 receita bruta superior a R\$ 360 mil e inferior ou igual a R\$ 300 milhões.	Em vigor
Rádiodifusão	Portaria SEI-MC 275/2020	14/08/2020	Dispõe sobre o serviço de retransmissão de rádio na Amazônia Legal, ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.	Permite que as emissoras interessadas em retransmitir, de forma simultânea, sinais de emissora geradora da capital para Município do mesmo Estado da Amazônia Legal poderão, a qualquer tempo, apresentar manifestação formal de interesse ao Ministério das Comunicações, com o intuito de obter autorização para execução do serviço de RTR.	Em vigor
Rádiodifusão	Decreto 10456/2020	12/08/2020	Dispõe sobre o horário de retransmissão obrigatória do programa oficial de informações dos Poderes da República pelas emissoras de radiodifusão sonora e regulamenta os casos excepcionais de flexibilização ou de dispensa.	Poderá ser flexibilizada ou dispensada, por meio de decisão do Ministério das Comunicações, em casos excepcionais e observado o interesse público, por tempo determinado, a retransmissão do programa. A flexibilização permite a transmissão do programa no mesmo dia, mas em horário diversos, já a dispensa, desobriga a retransmissão do programa em qualquer horário em determinado dia.	Em vigor
Tributário	Lei Complementar 174/2020 (PLP 9/2020)	06/08/2020	Possibilita aos que estão enquadrados no regime do Simples Nacional a adesão da transação tributária.	Permite que microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no Simples Nacional celebrem acordo com a Fazenda Pública para extinguir dívida tributária e encerrar litígios; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.	Em vigor

Rádiodifusão	Portaria 141/2020	24/07/2020	Regulamenta o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de rádiodifusão de sons e imagens.	As concessionárias de TV interessadas em retransmitir seus sinais em caráter primário poderão, a qualquer tempo, requerer por meio de sistema eletrônico ao Ministério das Comunicações autorização para execução do serviço de RTV e utilizar, preferencialmente, o seu canal de rede. As empresas poderão, a qualquer tempo, requerer autorização ao Ministério das Comunicações para execução do serviço de RTV em caráter secundário. O serviço de RTV somente será autorizado para municípios onde não haja concessionária de TV de mesma programação básica ou outra pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de RTV de mesma programação básica.	Em vigor
Aumento de Receita	Lei 14027/2020 (MP 923/2020)	21/07/2020	Estabelece regras acerca da distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionárias ou permissionárias de serviço de rádiodifusão ou por organizações da sociedade civil.	Possibilita o aumento de recursos para investimento em equipamentos de alta tecnologia no setor, levando cultura, informação, entretenimento e educação do norte a sul do País.	Em vigor
Crédito	MP 992/2020	16/07/2020	Cria linha de crédito para empresas com receita de até R\$ 300 milhões.	Cria o Programa Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), que permite operações de crédito para empreendimentos com receita bruta anual de até R\$ 300 milhões, declarada em 2019, ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano.	Em vigor/ tramita no Congresso
Tributário	Lei 14025/2020 (MP 932/2020)	15/07/2020	Reduziu em 50%, por três meses (abril, maio e junho), as contribuições recolhidas pelas empresas para financiar o Sistema S.	Permite às empresas redirecionar recursos para ampliação de investimentos no setor, bem como a manutenção de empregos	Em vigor
Trabalhista	Lei 14020/2020 (MP 936/20)	07/07/2020	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade.	Permite às empresas suspender o contrato de trabalho temporariamente de seus colaboradores ou reduzir a jornada, por meio de acordo individual, mantendo o valor do salário hora. A Lei garante o pagamento, pelo governo federal, de uma parte do seguro-desemprego por até 60 dias ao trabalhador com contrato suspenso ou por até 90 dias se o salário e a jornada forem reduzidos. Após o restabelecimento da jornada e salário, é garantida também ao empregado a permanência no emprego pelo período equivalente ao acordado para a redução ou suspensão.	Em vigor
Licenciamento	Decreto 10405/2020	25/06/2020	Amplia prazos para licenciamento das emissoras	O decreto altera prazos para solicitação do licenciamento de estações de rádiodifusão e para o início das operações pelas empresas que prestam os serviços. Ele também corrige a situação de que qualquer descumprimento da norma ensejaria na cassação da outorga. A nova proposta adequa as regras do contrato ao disposto na Lei 4117/62, evitando medida desproporcional.	Em vigor
Direitos de Transmissão	MP 984/2020	18/06/2020	Determina que direitos de transmissão ou reprodução das partidas esportivas pertencem ao clube mandante do jogo, alterando a Lei Pelé, que previa o chamado “direito de arena” entre o dono da casa e o adversário da partida.	Autoriza que a emissora de TV ou rádio interessada em exibir a partida precisará negociar apenas com um time, e não mais dois. Também permite que emissoras de rádio e TV, inclusive por assinatura, patrocinem ou veiculem sua marca nos uniformes das equipes participantes da competição.	Em vigor/ tramita no Congresso
Tributário	Portaria 245/2020	17/06/2020	Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais.	Prorroga para outubro o prazo para pagamento de contribuições previdenciárias e PIS/COFINS relativas às competências de maio.	Em vigor
Adiamento das sanções da LGPD	Lei 14010/2020 (PL 1179/2020)	12/06/2020	Cria o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do Coronavírus (Covid-19).	Adia para 1º de agosto de 2021 a entrada em vigor dos dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) referentes à aplicação de sanções administrativas.	Em vigor
Crédito	Lei 13999/2020 (PL 1282/2020)	19/05/2020	Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – PRONAMPE para o desenvolvimento e fortalecimento dos pequenos negócios.	Concede de linha de crédito especial até o valor de 30% do valor da receita bruta da empresa em 2019. A União concederá uma garantia de até 85% do valor emprestado. O limite global dessa garantia para todos os empréstimos seria de R\$ 15,9 bilhões, por meio do Fundo Garantidor de Operações.	Em vigor
Tributário	Portaria 201/2020	12/05/2020	Prorroga o prazo para pagamento do parcelamento de tributos federais, administrados pela Receita Federal e pela PGFN, com vencimento em maio, junho e julho. A medida não se aplica aos parcelamentos de tributos do Simples Nacional.	Os vencimentos das parcelas dos programas de parcelamentos de tributos ficam prorrogados até o último dia útil do mês: I - de agosto de 2020, para as parcelas com vencimento em maio de 2020; II - de outubro de 2020, para as parcelas com vencimento em junho de 2020; e III - de dezembro de 2020, para as parcelas com vencimento em julho de 2020.	Em vigor
Rádiodifusão	Decreto 10312/2020	04/04/2020	Ampliação, temporária, do escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de rádiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19.	Por meio de convênio, as detentoras de outorga poderão usar o recurso de multiprogramação para transmitir programações simultâneas em, no máximo, quatro faixas de programação.	Em vigor
Tributário	Portaria Conjunta 555/2020	24/03/2020	Prorroga o prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND).	Com a validade estendida dos documentos, as empresas evitam gastos para gerar novos documentos.	Em vigor
Serviço Essencial	Decreto 10288/2020	22/03/2020	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir as atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais.	Assegura à rádiodifusão o status de serviço indispensável ao atendimento da sociedade. Viabiliza a reivindicação de tratamento diferenciado para manutenção dos serviços.	Em vigor

Comitê de Crise - MCTIC	Portaria 1153/2020	20/03/2020	Abratel integra o Comitê de crise do MCTIC.	Assegura a defesa dos interesses de todos os associados nas instâncias decisórias durante o momento de crise.	Em vigor
Tributário	Ofício Abratel - ECAD	20/03/2020	Pedido de tratamento diferenciado para manutenção e ampliação do serviço essencial.	A partir do dia 1º de maio de 2020, as emissoras de rádio terão: a) Prorrogação do convênio por um ano, até 30 de abril de 2021; b) Desconto nas parcelas com vencimento em maio, junho e julho de 2020, no valor de 40% cada (25% do convênio Abratel/ECAD +15% em razão da crise do COVID-19); c) Não incidência de correção monetária até dezembro de 2020; d) E, as demais parcelas, a partir de agosto, terão redução de 25% (desconto-padrão do convênio Abratel/ECAD).	Em vigor
Tributário	Portaria ME nº 103/2020; Portarias PGFN 7.820 e 7.821	18/03/2020	Suspensão dos atos de cobrança e facilitação da renegociação de dívidas em decorrência da pandemia.	Permite o procedimento da transação extraordinário por meio da plataforma Regularize. É cabível para todos os contribuintes, sendo que, para a adesão, é necessário pagamento de 1% do valor integral da dívida existente dividido em três parcelas iguais e sucessivas.	Em vigor

PENDÊNCIAS - PROCESSOS EM ANDAMENTO/ NEGOCIAÇÃO

Desoneração da folha	Veto 26/2020	07/07/2020	Vetos referentes à MP 936/20, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.	O principal ponto vetado foi a prorrogação do proragama de desoneração da folha até dezembro de 2021 .	Aguarda votação
Tributário	PL 2735/2020	18/05/2020	Institui o Programa Extraordinário de Regularização Tributária da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em decorrência do estado de calamidade pública pela pandemia de COVID/19 - PERT-COVID/19	Permite que interessados, pessoas físicas e jurídicas, participem do programa de parcelamento no prazo de até 90 dias após o fim do estado de calamidade pública declarado em decorrência da pandemia do coronavírus.	Aguarda votação
Tributário	PL 2169/2020	24/04/2020	Altera a lei do contribuinte legal para prever o Programa Especial de Regularização Tributária por força de Calamidade Pública (PERTCP).	Cria o Programa Especial de Regularização Tributária por força de Calamidade Pública (PERTCP) com o intuito de permitir que empresas afetadas pela crise decorrente da pandemia possam aderir ao plano de recuperação fiscal. Podem ser quitados natureza tributária ou não tributária, vencidos até o último dia em que vigorar o decreto de calamidade pública, de pessoas jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial.	Aguarda votação
Crédito	PL 1128/2020	30/03/2020	Dispõe sobre a concessão de empréstimos para empresas do setor privado, com juros subsidiados e carência e prazos facilitados, para quitação da folha de pagamento no período de até três meses	Assegura que a União disponibilizará total de duzentos e setenta bilhões de reais às empresas do setor privado ao longo de três meses (noventa bilhões por mês), a título de empréstimo subsidiado, exclusivamente para quitação da folha de pagamentos durante o estado de calamidade pública.	Aguarda votação
Tributário	Ofício MCTIC	24/03/2020	Pedido de tratamento diferenciado para manutenção e ampliação do serviço essencial.	Possibilidade de obtenção dos seguintes pleitos: a) Prorrogação do vencimento do FISTEL (TFF) + CFRP + CONDECINE-Teles; b) Decreto que regulamenta casos excepcionais de maior flexibilização e dispensa da veiculação Voz do Brasil; c) Flexibilização do Pagamento de Energia Elétrica – Insumo para a Radiodifusão; Insumos para o exercício da atividade; Suspensão de Prazos Processuais no MCTIC.	Atemdido parcialmente